

Por Raquel Valli

Após denúncia, Prefeitura afirma melhorias em Centro de Saúde com mofo

Nova unidade está sendo construída, mas abandono da atual não se justifica, aponta vereador

Carlos Bassan/ Prefeitura de Campinas



Infraestrutura do Centro de Saúde Village, no distrito de Barão Geraldo, foi denunciada

A Secretaria de Saúde de Campinas informou na sexta-feira (17) que notificou o dono do imóvel onde está instalado o Centro de Saúde Village, no distrito de Barão Geraldo, para que o proprietário realize reparos urgentes na casa, que está com mofo. Informou ainda que, na próxima quarta-feira (22), iniciará algumas adequações no equipamento “para melhor atender à população” e que “a primeira etapa dos trabalhos será concluída até o final de abril”. A nota do Executivo, não especificou, entretanto, quais seriam essas adequações. Ainda de acordo com a Pasta, o contrato prevê que “reformas e manutenções estruturais são de responsabilidade do proprietário do imóvel”.

A Secretaria pontuou também que “está em andamento a construção do novo Centro de Saúde Village, com prazo contratual de 20 meses, iniciado em setembro de 2025 e com conclusão projetada para maio de 2027”.

Denúncia

Na quinta-feira (16), o vereador Wagner Romão (PT-SP) visitou o CS e denunciou as condições de infraestrutura. Exibiu, em um vídeo, que a unidade opera em uma casa com mofo, improvisações e falta de privacidade nos consultórios devido à ausência de divisórias para os pacientes.

Destacou que tanto os usuários quanto os funcionários estão submetidos a um ambiente sem dignidade, mencionando problemas específicos na cozinha, nas áreas de descanso dos profissionais e nas salas de procedimentos de urgência. Enfatizou

que a construção de uma nova unidade não justifica o abandono da estrutura atual, que deve permanecer em condições de uso. “Não é porque está sendo construído um novo centro que esse centro vai ficar abandonado”, declarou. Sustentou também que pedidos de manuten-

ção e melhorias já foram feitos há meses sem que providências fossem tomadas pela administração pública.

“É urgente que a gente possa dar dignidade para os trabalhadores aqui, para a população que vem aqui. Isso é pra ontem”, declarou.

CS Barão

Na terça-feira (14), o parlamentar visitou o Centro de Saúde de Barão, que atende cerca de 70 mil moradores de 78 bairros no distrito. Constatou quatro equipes de atendimento, porque, com o fim da parceria com a Unicamp, uma delas foi diluída. Agora, o

serviço conta com 14 agentes comunitários, quando o mínimo necessário seria 20, ou seja, a unidade está trabalhando com 30% a menos de profissionais do que o recomendado para local.

“O baixo número de profissionais de saúde tem gerado uma sobrecarga nos trabalhadores que se mantêm na linha de frente, e que não são suficientes para atender toda a demanda”, disse o vereador.

“Cada vez mais trabalhadores adoecem. São inúmeros os registros de episódios de violência, acarretando insegurança generalizada. É necessária contratação de mais profissionais, a adoção de medidas para ampliar a segurança dos trabalhadores, a construção do já anunciado Centro de Saúde do Real Parque e a implantação da UPA no distrito, uma vez que a mais próxima fica no Padre Anchieta”, acrescentou.

CS Vila Ipê

Ainda na semana passada, o vereador Ailton da Farmácia (PSB-SP), da base do governo, apresentou na Câmara um requerimento solicitando informações à Prefeitura sobre o início das obras de reforma e ampliação do Centro de Saúde da Vila Ipê. A unidade foi fechada há mais de um mês para a realização das melhorias, mas até o momento as intervenções ainda não começaram. “Os moradores entenderam a necessidade da reforma, mas é importante que a obra comece o quanto antes e que haja transparência sobre os prazos”, pontuou. Solicitou o cronograma da obra, prazo para início das intervenções e previsão de conclusão dos trabalhos. Segundo o parlamentar, com o fechamento do CS Vila Ipê, pacientes passaram a buscar atendimento em outras unidades da região, o que aumentou a demanda em centros de saúde próximos.

Refis do ISSQN reforça receita, diz economista

Prefeitura de Campinas

Da Redação

O economista José Afonso Bittencourt, ex-secretário de Desenvolvimento Econômico da Prefeitura de Campinas (SP), avalia que a criação do Refis ISSQN na cidade reforça o caixa do Executivo e assume papel fundamental ao anteceder a implantação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). O tributo, instituído pela Lei Complementar nº 214/2025, substituirá o ICMS e o ISS dentro do modelo de Imposto sobre Valor Agregado (IVA). Ainda de acordo com o especialista, a proposta assegura que a receita pertença ao município ao transformar valores não pagos em créditos a receber antes da transição tributária que ocorre entre 2026 e 2033. Para Bittencourt, a medida é positiva também por oferecer oportunidade



Secretaria de Finanças publicará decreto com as regras

de regularização para setores de serviços que enfrentaram crises e por auxiliar o resgate do crédito do pequeno prestador de serviço.

Trãmite

A Câmara Municipal aprovou na última sessão da Casa, na quarta-feira (15), o programa que oferece descontos de até 100% em

juros e multas para débitos do imposto de serviços. O projeto segue para sanção do prefeito Dário Saadi (Republicanos-SP), quem o propôs. Após ser sancionado, a Secretaria de Finanças publicará o decreto com as regras para a negociação de dívidas vencidas inscritas ou não em dívida ativa, sejam em cobrança administrativa ou judicial. A medida abrange inclusive saldos de parcelamentos anteriores rescindidos. As parcelas para quem optar pelo pagamento dividido deverão ser quitadas este ano. O secretário de Finanças Aurílio Caiado explica que o objetivo

central é garantir um limite mínimo de repasse para que Campinas não perca recursos dentro da nova Reforma Tributária mantendo a arrecadação compatível com o potencial da cidade. A receita prevista com o ISSQN para este ano atinge R\$ 2,192 bilhões, e as negociações serão realizadas integralmente pela internet.

IBS

O Imposto sobre Bens e Serviços foi criado para unificar a tributação sobre o consumo no Brasil. Substitui o ICMS estadual e o ISS municipal, operando sob o sistema de valor agregado para evitar a cumulatividade na cadeia produtiva. Possui alíquotas fixadas pelos entes federados e é gerido por um Comitê Gestor unificado. O período de transição permite o ajuste gradual da economia ao novo regime de tributação simplificada.